



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY

## **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**

(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o encaminhamento de Requerimento de Informação ao Ministério da Economia sobre o Plano de Reestruturação do Banco do Brasil e a possibilidade de fechamento de agências no Distrito Federal e os impactos negativos dessa eventual medida aos cidadãos e à economia.

Senhor Presidente,

Com fundamento nas disposições do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 115, I, e art. 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do múnus público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), vimos perante V. Excelência solicitar que seja encaminhado o presente Requerimento de Informação ao Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, sobre o Plano de Reestruturação do Banco do Brasil e a possibilidade de fechamento de agências no Distrito Federal e os impactos negativos dessa eventual medida aos cidadãos e à economia, conforme especifica.

- I) Qual é exatamente a proposta de “reestruturação” elaborada pelo Banco do Brasil para o Distrito Federal e quais os reais objetivos da mesma? Solicita-se cópia.
- II) Qual o cronograma para a efetivação da proposta?
- III) Segundo o comunicado enviado ao mercado pelo Banco do Brasil, em 11/01/2021, serão fechados 361 pontos de atendimento. Quais as localidades de cada um deles, por município?
- IV) Em relação ao Distrito Federal, quais agências serão fechadas?
- V) Quantos funcionários aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) no DF:





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY

- VI) Quais medidas serão adotadas pela direção do BB para manter o atendimento da população do DF nos pontos que eventualmente tenham atividade bancária encerrada?
- VII) Qual destino será dado às contas e às operações dos clientes/usuários Pessoa Física e Pessoa Jurídica das agências eventualmente fechadas no DF? Como será o relacionamento com os mesmos?
- VIII) Quantos empregos diretos e indiretos serão cortados no DF e nos municípios afetados?
- IX) Tendo em vista que, em mais de dois séculos de existência, o BB se consolidou como um dos principais bancos do país, não apenas em patrimônio e receita líquida, mas sobretudo pelo seu papel social e como grande protagonista do desenvolvimento econômico nacional, como a atual direção do banco avalia os efeitos do processo de “reestruturação” na economia do Distrito Federal e das demais regiões impactadas?
- X) É notório que o processo de desligamento de funcionários e fechamento de agências trará enormes prejuízos à sociedade como um todo. Revela-se por demais preocupante a forma com que o Banco do Brasil decide implementar o PDV justamente em meio a uma grave crise econômica e sanitária de nível global. Qual a real justificativa para tal? Qual o cronograma para a efetivação dessas mudanças e como serão administrados os reflexos dessa decisão na Previ e na Cassi?

**JUSTIFICAÇÃO**

Ao longo de mais de dois séculos de existência, o BB se consolidou como um dos principais bancos do país, não apenas em patrimônio e receita líquida, mas sobretudo pelo seu papel social e como um dos protagonistas do desenvolvimento econômico nacional. É finalidade da instituição contribuir para o crescimento econômico, industrial, comercial e social do Brasil, atuando especialmente em segmentos geralmente negligenciados pelos bancos privados.

É o Banco do Brasil que está presente no crédito rural, financiando a agricultura; nas exportações e na concessão de crédito a micro e pequenas empresas, fornecendo capital de giro e opções de investimentos. Não por acaso, o BB é a instituição mais procurada entre os que desejam empreender o próprio negócio.

Em comunicado enviado aos agentes de mercado e à imprensa em 11/01/2021, a direção do Banco do Brasil anunciou um conjunto de medidas com vistas a executar a chamada reestruturação da instituição. Com isso, pretende fechar 361 unidades, sendo 112 agências em pequenos municípios do interior do país, que terão atendimento presencial reduzido ou encerrado - incluindo localidades que





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY

contam com uma baixíssima cobertura bancária, além de 7 escritórios e 242 postos de atendimento em todo o Brasil.

A instituição registrou a adesão de 5,5 mil funcionários ao Plano de Desligamento Voluntário (PDV) lançado no início deste ano, além de 1,5 mil desligamentos e aposentadorias ao longo de 2020. Com isso, rebaixará o seu corpo de colaboradores para 86,1 mil, ante os 93,1 mil contabilizados no início de 2020.

Conforme a assessoria do BB, "As mudanças acontecem a partir de 22/02/2021 e serão precedidas de ampla comunicação aos clientes dessas agências em canais diversificados, como SMS, aplicativo para celular, Internet Banking, terminais de autoatendimento, além de correspondências, e-mail marketing e cartazes nas agências".

O fato é que o BB vem reduzindo sua presença física no país desde 2017, ainda no governo Temer, quando mais de 550 agências foram fechadas e 13 mil postos de trabalho desligados. A chamada "reestruturação" deve reduzir ainda mais a cobertura bancária nas regiões que mais precisam, como Norte e Nordeste.

Em relação ao Distrito Federal, ainda não há informações concretas sobre o número total de unidades que podem vir a encerrar as atividades bancárias. Todavia, não há dúvidas de que tal medida trará enormes prejuízos do ponto de vista econômico e social, notadamente para os usuários. Uma vez reduzido o número de funcionários e havendo maior concentração de clientes em menos agências, por certo a prestação do serviço restará indubitavelmente prejudicada.

Vale lembrar que a diminuição do número de agências terá impacto sobre o comércio e a economia das regiões afetadas. O acesso aos serviços bancários tais como recebimentos de benefícios, pagamentos e saques em agências estará comprometido.

Face ao exposto, e considerando a importância do Banco do Brasil para a consecução das políticas fundamentais ao desenvolvimento nacional e o seu caráter público, bem como o exercício constitucional do múnus público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), solicitamos as supracitadas informações.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**

